

19 JUN 1986

JUN 1986

Agora, plano diretor para salvar Brasília

Carlos Chagas

A ilha da fantasia corre o risco de submergir, ironicamente incrustada no Planalto Central. Brasília está ameaçada em sua sobrevivência, como cidade, dado o crescimento desmensurado de sua população e a falta de recursos e de infra-estrutura para atender suas necessidades básicas. Conforme cálculos do IBGE, a população local chegara aos três milhões de habitantes, na virada do século, ainda que os números da ONU sejam mais dramáticos: quatro milhões. So que, conforme os planos de Lucio Costa, não deveria ter mais que 500 mil habitantes, no começo do novo milênio. O êxodo rural das áreas próximas e grande, mas para a Capital Federal ocorrem todos os dias levadas e levadas de nordestinos, nortistas e até gente do Centro-Sul, iludidos com perspectivas de aqui obterem condições de vida superiores às de suas regiões. O resultado, além de um cinturão de miséria cada vez maior, em torno do Plano Piloto, reflete-se na insuficiência de mecanismos capazes de atender às necessidades de transporte, abastecimento, água, saneamento, higiene, habitação e segurança.

A denúncia e do próprio governador José Aparecido de Oliveira, que acaba de convidar o urbanista José Carlos de Figueiredo Ferraz para instalar-se no Distrito Federal por alguns meses, visando à elaboração de um plano-diretor capaz de solucionar o impasse. O ex-prefeito de São Paulo chega nos próximos dias, devendo ocupar gabinete no Palácio do Buriti, ao lado do Governador. Junto com Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Jaime Lerner e outros, já convocados, ele coordenará a busca de diretrizes a serem aplicadas a curto e médio prazos, na dependência de o Governo Federal, como inquilino de Brasília, fornecer condições de efetivação. Em setembro, José Aparecido espera apresentar ao presidente José Sarney e aos ministros da área econômica e da área social um elenco de medidas de salvação urbana.

O quadro agudo agora denunciado é fruto do acúmulo de erros verificados ao longo dos últimos 20 anos. A partir de 1964, e acreditando poder apagar a mancha da cassação política de Juscelino Kubitschek, os governos militares imaginaram transformar a Capital Federal numa realidade que faria esquecer o seu criador. Apenas, aquela ilusão nada tinha que ver com o restante do País. Palácios suntuosos foram erguidos, mordomias se distribuíram aos montões, privilégios funcionais se concederam como rotina. O resultado não se fez esperar. De todas as partes do País acorreram a Brasília verdadeiras multidões, iludidas com promessas de que aqui havia emprego, casas, condições de saúde e de educação para todos. Como as portas do Tesouro Nacional se encontravam abertas, dando diretamente para a Esplanada dos Ministerios, o Distrito Federal inchou. Remendada, a infra-estrutura acumulou os males dos remendos. Acabou não dando mais.

Conta-se apenas uma história, que seria cômica se não fosse trágica, para se ter a medida da distorção. Durante o governo João Figueiredo construíram diversos novos conjuntos residenciais incapazes, é evidente, de abrigar 1% das famílias que chegavam à Capital Federal e se instalavam em invasões, erigindo vastas favelas em questão de dias. Um desses conjuntos nasceu e foi inaugurado com fanfarras, ao lado do Jardim Zoológico. Pois não se passaram mais que algumas semanas para a verificação de invulgar fenômeno: os bichos estavam desaparecendo. Fugiam, pretendendo ganhar a liberdade perdida? Nem pensar. Estavam sendo caçados e comidos pelos moradores próximos. Primeiro as aves, depois as pacas, as capivaras e os porcos-do-mato. Nem os macacos escaparam, obrigando as autoridades municipais a erigir altas cercas isolando o zoológico do conjunto habitacional. Mesmo assim, os funcionários ainda se agitam quando muita gente se aglomera defronte à jaula do hipopótamo ou do elefante. O mínimo que se ouve nessas horas são exclamações a respeito dos suculentos bifés capazes de serem tirados dos dois paquidermes.

Os hospitais são insuficientes para atender à procura, as escolas não bastam e, uns poucos privilegiados desfilam em carros oficiais, assiste-se à multidão disputar um lugar inexistente na pequena frota de ônibus que liga as cidades-satélites ao Plano Piloto. A infância abandonada não fica a dever coisa alguma aos meninos de São Paulo, Rio ou Recife. A insegurança e a intranquilidade chegaram, tendo aumentado o número de roubos, furtos e assaltos a mão armada. Não há empregos novos, a construção civil faz muito que perdeu o ímpeto inicial e qualquer verdura posta à venda para o consumo local vem de São Paulo ou de mais longe. Mais da metade da população bebe água salobra e nunca viu um cano de esgoto.

De fora, tem-se a impressão de que Brasília se constitui no aglomerado de prédios modernos do Plano Piloto ou das luxuosas residências dispostas à beira do lago, abrigando diplomatas, parlamentares e funcionários civis e militares, em festa permanente. Na verdade, todo esse conjunto não reúne 20% dos um milhão e 600 mil habitantes de hoje. O restante vive, ou sobrevive, nas cidades-satélites, em favelas, mocambos ou sucedâneos, sem perspectivas mínimas de adquirir dignidade. Se as massas resolvessem render-se, nem se pensando na rebelião delas, o resultado seria o caos.

Um efeito colateral desse estrangulamento econômico está na política. Uma série de cidadãos de primeiro nível, culturalmente falando, pretende disputar em novembro as primeiras eleições verificadas em Brasília, para três vagas de senador e oito de deputado federal. Enganam-se com a perspectiva de vitória. Serão eleitos, mesmo, em maioria, os curandeiros, os falsos profetas, os demagogos e quantos mais se disponham a valer-se da credulidade popular. Um distribui chapéus em troca de votos, outro promete o pé esquerdo da botina, no dia seguinte à eleição, já tendo distribuído o pé direito. Esse fala de castigos do inferno para quem não votar no seu partido, aquele anuncia que, escolhido, apresentará projeto de lei dando um apartamento para cada eleitor. Sob esse aspecto, Brasília tornou-se o paraíso dos aventureiros.

Por todos esses motivos, a ilha da fantasia ameaça submergir, pedindo socorro aos poderes da União, ilusoriamente instalados nela, mas sabendo que também eles, por terem aqui seu domicílio, arriscam-se aos mesmos efeitos. A criação do grupo de trabalho chefiado por José Carlos de Figueiredo Ferraz pode constituir uma perspectiva de salvação.